

**TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

Número do Termo de Análise de Credenciamento	003/2025
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	

**I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS**

Ente Federativo	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO	CNPJ	45.345.899/0001-12
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO	CNPJ	05.315.227/0001-40

<b>II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA</b>		<b>ADMINISTRADOR</b>	<b>GESTOR</b>	<b>X</b>	
Razão Social			CNPJ		
GENIAL GESTAO LTDA.			22.119.959/0001-83		
Endereço			Data Constituição		
AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3400 - CONJ. 91PARTE - ITAIM BIBI - SÃO PAULO - SP - CEP: 04.571-050			22/11/2021		
E-mail (s)			Telefone (s)		
rafael.vasconcelos@genial.com.vc			(11) 3206-8000		
Data do registro na CVM	05/10/2015	Categoria (s)			
Data do registro no BACEN		Categoria (s)			
Principais contatos com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone		
RAFAEL ESPINOLA DE VASCONCELOS		rafael.vasconcelos@genial.com.vc	(11) 3206-8000		
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?			Sim	X	Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?			Sim	X	Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?			Sim	X	Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?			Sim	X	Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?			Sim	X	Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?			Sim		Não X

**III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:**

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10º, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10º, II
X	Art. 7º, V, "b"		Art. 10º, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11º
	Art. 8º, I		

**IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:**

	Código ISIN	Data da Análise
PIATÃ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	09.613.226/0001-32	17/06/2025

**V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO**

Estrutura da Instituição	VIDE QDD
Segregação de Atividades	VIDE QDD
Qualificação do corpo técnico	VIDE QDD

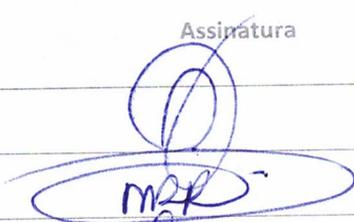
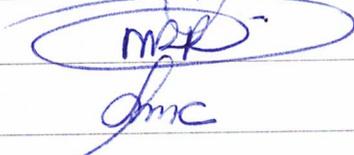
<b>Histórico e experiência de atuação</b>	<p>O Banco Genial S.A. ("Banco"), nova razão social do Plural S.A. Banco Múltiplo, e a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A ("Genial Investimentos"), nova razão social da Geração Futuro Corretora de Valores S.A., estão autorizados a atuar como administradores fiduciários e distribuidores de valores mobiliários. Além disso, o Banco e a Genial Investimentos também prestam o serviço de controladoria. Destaca-se que o (i) Banco, (ii) a Genial Investimentos e (iii) a Genial Institucional Corretora de Câmbio, Títulos de Valores Mobiliários S.A. prestam o serviço de custódia, nos termos da Resolução CVM 32 de 2021. No que diz respeito ao relacionamento dessas empresas com a Gestora, na forma do Manual de Gestão de Barreiras de Informação do Grupo Genial ("Grupo"), tem-se que essas possuem atividades e acessos físicos/lógicos segregados, respeitando a separação mandatária em conformidade com a legislação e as melhores práticas vigentes.</p>
<b>Principais Categorias e Fundos ofertados</b>	<p>FIDC FIP FIEE FII Fundo de Índice (ETF)</p>
<b>Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão</b>	<p>A área de risco atua pontualmente nos comitês de novos fundos com o objetivo de avaliar questões inerentes aos riscos envolvidos na aquisição de novos mandatos. Para fundos que possuem ativos líquidos, são monitorados os riscos por meio de relatórios de risco de mercado, acompanhando VaR, Duration e Stress, e risco de liquidez, analisando a concentração de costistas, Stress e Cash Flow. No entanto, para fundos ilíquidos a análise de risco é feita de forma mais específica, com participação do time de Gestão e considerando o tipo de ativo e fundo envolvido. Em 2020, com a saída de Marco Nakamura, a área de risco passou para a gerência da Dayana Motta, cuja equipe é composta por Joao Carvalho e Helena Rodriguez. Conforme já mencionado, o Diretor de Risco da Genial Gestão é o Luis José Rebello de Resende.</p>
<b>Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro</b>	<p>2. Análise dos Ativos: os ativos são analisados sob diversas óticas visando um retorno sustentável, passando pela análise de características dos contratos de receita, pela estrutura de capital utilizada, e, dentre outros aspectos, pela capacidade de geração de caixa. Com isso, um preço de aquisição é definido e a equipe de gestão traça estratégia de negociação e fechamento. No mais, quanto aos ativos creditórios, o gestor analisa a adequação dos créditos trazidos pelo originador às regras e regulamentações aplicáveis ao fundo de investimento. 3. Diligência Jurídica: com a conclusão da negociação de preços e condições, inicia-se a etapa de diligências, envolvendo as diversas áreas da Gestora. Nessa etapa, em regra, contrata-se um assessor jurídico terceirizado para auxiliar a equipe jurídica interna da Gestora. Para além disso o assessor jurídico ficará responsável pelas diligências jurídicas que variam conforme o tipo de fundo de investimento, incluindo a análise: (i) do vendedor e antecessores; (ii) de garantias e lastros (contratos de cessão, CCB etc), em especial, para FIDCs; (iii) de imóveis, principalmente no caso de FII; (iv) de sociedade objeto de aquisição, com destaque nos FIPs; dentre outros. 4. Diligências Técnica, Ambiental e Financeira: concomitantemente, a Gestora contrata empresas de assessoria especializadas em diligência técnica, financeira, contábil e engenharia, conforme o caso, para verificar a autenticidade das informações levantadas ao longo do processo de aquisição, bem como analisar eventuais impactos socioambientais da transação.;</p>
<b>Regularidade Fiscal e Previdenciária</b>	<p>Sim. A Gestora é signatária dos seguintes códigos: (i) Código de Administração de Recursos de Terceiros; (ii) Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas; (iii) Código para o Programa de Certificação Continuada; e (iv) Código de Ética.</p>
<b>Volume de recursos sob administração/gestão</b>	<p>33.006.975,08 - 0,08%</p>
<b>Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão</b>	<p>R\$ 41.081.771.945,43 (2022)</p>

Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	
Outros critérios de análise	

**VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:**

A instituição atende aos requisitos normativos dessa forma o credenciamento encontra-se aprovado.

Local:	MORRO AGUDO - SP	Data:	17/06/2025
--------	------------------	-------	------------

VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
Adrieli Letícia Dias dos Santos	Comitê de Investimentos	446.339.378-71	
Marcos Roberto Ribeiro	Comitê de Investimentos	167.203.028-50	
Sara de Melo Carmanhan	Comitê de Investimentos	455.587.758-66	

## CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

